

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE ALGUMAS TENDÊNCIAS DA GEOGRAFIA URBANA: TEMAS PARA O ENSINO E PARA PESQUISA¹

Ricardo Luíz Töws
Valéria Barreiro Postali
Marcos Clair Bovo

RESUMO

Buscar o debate sobre as tendências da geografia urbana bem como desdobrar a análise sobre os diversos temas para o ensino e para a pesquisa é o desafio que se propõe a partir dessa reflexão. O objetivo do trabalho é refletir sobre as atuais tendências da geografia urbana a partir dos temas que são discutidos no âmbito do ensino e da pesquisa. A articulação proposta diz respeito a três grandes possibilidades de pesquisa e de ensino que são as linhas de pesquisa: produção do espaço urbano, áreas verdes urbanas e abordagem econômica, a última, ora pode ser estudada à parte, ou seja, como linha específica da formação socioespacial, ora faz parte da própria linha da produção do espaço urbano, consubstanciada na abordagem miltoniana dos circuitos da economia urbana no contexto da globalização. Advertimos que o artigo não pretende esgotar as possibilidades de pesquisa da área, mas sim ilustrar algumas tendências e possibilidades apenas.

Palavras chave: Geografia urbana; Áreas verdes urbanas; Produção do espaço; Circuitos da economia.

1 INTRODUÇÃO

¹ A discussão foi apresentada em uma mesa-redonda junto ao IV Encontro Interdisciplinar de Educação realizado na Fecilcam-UNESPAR (Campus de Campo Mourão), em junho de 2011

Tendo em vista a apreensão das linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes, vinculadas ao Grupo de Estudos Urbanos (GEUR/UEM), ao Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF/UNESPAR) e ao Observatório das Metrôpoles, relacionadas à produção do espaço urbano e áreas verdes urbanas, buscamos refletir sobre o *lócus* vivenciado pelas diversas classes e grupos da sociedade que produzem, reproduzem, manifestam e atuam constantemente sobre o espaço social. Desse modo, entendemos que é pertinente realizarmos uma alusão às linhas supracitadas e desenvolvê-las no âmbito das esferas do ensino e da pesquisa, haja vista que os temas são próprios da pesquisa e do ensino em geografia urbana.

Assim, realizando um recorte sobre as diversas possibilidades, bem como delineando os objetos possíveis de serem estudados, refletimos que a maior parte da atuação e das características dos grupos ora descritos, é arrolada no espaço urbano, ou seja, o urbano passa a ser o ambiente privilegiado das mais diversas formas de atuação, sobretudo às ligadas à reprodução do capital, dos modos de vida e das manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas, éticas e, nos últimos tempos, das questões ambientais. Essa assimilação justifica a realização da abordagem da produção do espaço urbano, bem como das áreas verdes urbanas, de forma geral e, de modo restrito, analisar os trabalhos que a linha de pesquisa desenvolve no estado do Paraná, de modo a atingir os principais objetos de pesquisa bem como os diversos anseios.

2 PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE PESQUISA

No âmbito da Geografia Urbana, percebemos algumas tendências de estudo, sendo que uma destas tendências diz respeito ao estudo da rede urbana. O espaço urbano é inserido em um contexto mais amplo, onde se analisam as trocas, os fluxos e as redes. Uma contribuição significativa a esse enfoque pode ser encontrada em Corrêa (1994).

Outra vertente refere-se ao estudo das escalas dos espaços urbanos em relação a sua importância no contexto em que se inserem. Buscam-se definições de metrópole, região metropolitana, cidades médias e pequenas cidades. Há autores que ainda sinalizam para o conceito de cidades periféricas. Uma terceira vertente no estudo do espaço urbano no âmbito da geografia urbana, refere-se ao estudo intraurbano. Dentre as linhas de pesquisa, a produção do

espaço urbano e áreas verdes urbanas se apresentam como umas das principais possibilidades, sobretudo na geografia e, quando contemplada, no caso da primeira, discute as categorias analíticas, Estado e Capital. A categoria Estado é vista como uma das principais abordagens, pois detém parte das ações, estratégias, produção e reprodução do espaço. A segunda discute as pesquisas relacionadas aos parques, praças, áreas verdes de modo geral, na perspectiva dos instrumentos de planejamento bem como dos equipamentos urbanos.

Por fim, a análise do urbano contempla estudos econômicos, a partir de categorias da formação econômica e social e formação sócioespacial, divergindo os conceitos entre os autores. Uma das possibilidades nesse viés é o estudo dos circuitos da economia urbana, trabalhados pelo professor Milton Santos. Na seqüência, abordamos temáticas específicas de cada linha.

2.1 Produção Do Espaço Urbano

Ao refletir sobre a produção do espaço, verificamos que na sociedade capitalista a cidade e o espaço não pertencem a seus habitantes e não são modelados em função de seus interesses, mas de acordo com os interesses de uma série de agentes: os proprietários dos meios de produção; os proprietários do solo; os promotores imobiliários e as empresas de construção; os órgãos públicos (CAPEL, 1983). De acordo com o autor, a cidade capitalista é o *locus* privilegiado da ação dos agentes acima especificados, que, por intermédio de suas estratégias, produzem e reproduzem o espaço urbano. Mas afinal, o que é esse espaço urbano?

Beaujeau-Garnier (1980) nos adverte que cidade é diferente de urbano, pois possuem conceitos distintos.

Aydalot (1976), condensando o pensamento de um certo número de especialistas, escreve: a cidade existe concretamente; é o quadro do exercício de uma função social (cultura, valor protecção do indivíduo); é o elemento funcional de um sistema econômico; o quadro de um poder de decisões exercidas por uma burguesia coerente; é uma unidade definida pelo quotidiano do mercado de trabalho (BEAUJEAU-GARNIER, 1980, p. 19).

Já o urbano, é visto enquanto processo na qual as abordagens e pontos de vistas atingem uma complexidade maior. São muitas as conceituações e definições a respeito do significado de espaço urbano, além de estudos sobre o próprio espaço urbano, cabendo assim algumas

considerações. Entendemos por espaço urbano, o objeto materializado, ou seja, a cidade, variando de país para país, a delimitação do número mínimo de população em um aglomerado. Para Carlos (2001) “a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, da sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória (2001, p. 26)”.

Nessa perspectiva, a autora descreve que “a cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido” (CARLOS, 2001, p. 27). Esse espaço materializado é complexo na medida em que “constitui-se [...] no conjunto de usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1999, p. 07). Sintetizando a organização espacial da cidade, Corrêa (1999) define as principais características do espaço urbano: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, conjunto de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (1999, p. 11). Esses agentes são chamados de agentes produtores do espaço, cujas ações de alguns (promotores imobiliários e o Estado) são as mais elencadas; já os demais agentes, ou seja, os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1999) também produzem a cidade. Corrêa (1999) estudou as grandes cidades e identificou os agentes que a produzem, mas pode-se dizer que a teoria é válida para o estudo dos espaços urbanos em qualquer escala, seja para as grandes cidades, regiões metropolitanas, cidades médias e até pequenas cidades, guardadas as distintas proporções e as escalas de abordagem. Por isso, se faz necessário o entendimento da dinâmica dos agentes para se entender a cidade.

2.2 O Planejamento Urbano

O Estado, enquanto agente, pode ser expresso em três níveis de representação, bem como de atuação, tais como o nível federal, nível estadual (unidades da federação) e nível municipal. Percebemos que no decorrer do desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a cidade, sobretudo a partir de 1988, quando da aprovação da Constituição em vigor, houve o

desencadeamento de um processo de descentralização das ações do poder público, concentrando no nível municipal a atuação mais expressiva e direta aos espaços urbanos brasileiros. Devemos notar, entretanto, que esta tendência é fruto de um processo maior que deve ser explicitado.

Em primeiro lugar, citamos a Constituição de 1988. O documento inovou ao regulamentar em seus dispositivos a política urbana, após a organização e empenho dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana (TÖWS, *et.al.* 2008). De acordo com o artigo 182§1º, o Plano Diretor é um conjunto de leis e instrumento básico de planejamento de uma cidade, dispondo sobre sua política de desenvolvimento, ordenamento territorial e expansão urbana. Em 10 de julho de 2001 foi aprovada no Congresso Nacional, a Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, regulamentando o capítulo da política urbana disposto na Constituição Federal (TÖWS, *et.al.* 2008).

A aprovação do Estatuto da Cidade assegurou aos brasileiros o direito às cidades sustentáveis, trazidos na lei como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações. Para tanto, é necessário que os municípios apliquem os instrumentos da política urbana por meio da revisão ou da implementação dos planos diretores municipais.

Em se tratando dos Planos Diretores, observamos que esse documento é objeto de estudo de diversos autores, dentre eles Villaça (2005) que caracteriza a problemática e a complexidade que o envolve, tanto no âmbito da elaboração como da execução/ implementação, que, via de regra, segundo o próprio autor, enseja uma ilusão, sobretudo no âmbito político. Na verdade, sua complexidade passa pelo crivo do planejamento. Souza (2006) afirma que planejamento é tentar simular os desdobramentos de um processo, com um objetivo de melhor se precaver contra problemas ou, inversamente, com o fato de melhor tirar proveitos de prováveis benefícios. Conclui-se, sem correlacionar a atividade-fim com questões ideológicas, que um bom planejamento aumenta as chances das coisas darem certo.

Mas, planejamento é uma atividade política por excelência, com impossibilidade de evitar as questões ideológicas. Segundo Souza (2006), planejamento envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas, etc. Dessa forma, Planos Diretores são documentos de planejamento destinados a orientar regras gerais de uso e ocupação do território da cidade e definir de forma específica os critérios para uso e ocupação dos solos. A

importância central atribuída ao Plano Diretor é como elemento de regulação do uso do solo e da efetivação da função social da cidade e da propriedade (TÖWS, *et.al.* 2008).

É neste sentido que o planejamento constitui-se no principal instrumento do Município para executar a política de desenvolvimento urbano, garantindo o bem-estar de seus habitantes, ordenando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Por isso, o Estatuto da Cidade abre novas possibilidades de prática do planejamento e da gestão urbana, mas depende fundamentalmente de seu uso eficaz no nível local (TÖWS, *et.al.* 2008).

Desse modo, devemos nos ater ao Decreto Estadual nº. 2581/2004 (PR) que condiciona a realização de investimentos e transferências estaduais à elaboração de Planos Diretores para todos os Municípios do Estado. Assim, diferente da realidade brasileira onde há a necessidade de elaboração do documento apenas em municípios com população igual ou superior a 20 mil habitantes, no Paraná, para fins de transferências estaduais, ficou regulamentado que todo o município deve elaborar e implementar o arrolado plano.

Essa legislação possibilitou alguns pontos que são positivos para os municípios paranaenses, tais como a possibilidade de estudos aprofundados das dinâmicas geográficas e territoriais dos mesmos; a elaboração e/ou o aperfeiçoamento das bases cartográficas para fins de espacializações de informações; a possibilidade de um efetivo planejamento nos municípios, sobretudo àqueles carentes de ações e de intervenções públicas municipais e estaduais; a possibilidade de participação efetiva da população, visto que algumas empresas cumprem os mecanismos de elaboração com base nas audiências participativas; a possibilidade de vantagens socioeconômicas bem como ligadas ao desenvolvimento, sobretudo das pequenas cidades. Enfim, abriu-se um “leque” de possibilidades, algumas delas enumeradas que, paulatinamente, contribuirão para o desenvolvimento socioeconômico, institucional e intelectual.

2.3 Os Circuitos da Economia Urbana

A obra “O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos” (1979) constitui-se em uma das melhores formas de expressão do geógrafo Milton Santos, pois a teoria desenvolvida nesta ocasião emergiu como referencial de vanguarda e universalidade em relação aos estudos urbanos.

A fase que antecedeu a elaboração deste instrumento analítico pode ser caracterizada pelas análises dos estudos geográficos urbanos de forma fragmentada e setorializada (FERREIRA, 1996).

Para Ferreira (1996), os modelos matemáticos escondiam uma realidade social urbana já preocupante para um mundo que se urbanizava intensamente; portanto, o tema dos circuitos econômicos da economia urbana revelou-se de especial relevância, pois esta teoria desenvolveu não apenas uma metodologia de abordagem do espaço geográfico, como também apresentou uma concepção universal da cidade, que extrapolou o campo factual e empírico (SILVEIRA, 2004).

Após a formulação desta teoria, “[...] a cidade não pode mais ser vista como uma ‘máquina maciça’, mas como uma estrutura diferenciada que articula esses dois circuitos – o superior e o inferior – com suas relações com o espaço e com a sociedade” (FERREIRA, 1996, p. 136). A obra de Santos (1979) inaugura, portanto, uma nova forma de pensar e analisar o urbano, pois primeiramente demonstra a especificidade do espaço urbano nos países subdesenvolvidos, que não pode ser considerado uma réplica dos países desenvolvidos, nem uma transição. A teoria resgata ainda a importâncias dos processos históricos na formação dos espaços opondo-se ao paradigma que considerava o subdesenvolvimento como etapa do desenvolvimento, além de apresentar um instrumento analítico que permitia tratar as diferenciações socioespaciais do urbano sem dicotomizar espaço e sociedade (FERREIRA, 1996 e SILVEIRA, 2004).

2.4 Áreas Verdes Urbanas

A geografia como ciência tem ampliado o seu campo de pesquisa nas últimas décadas, cabe aqui apresentar uma pequena discussão referente a meio urbano. Neste sentido diversos estudos e pesquisas têm sido realizados por diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento referentes às áreas verdes urbanas.

Dentre as pesquisas realizadas (MILANO, (1990); CAVALHEIRO, (1991); AMORIM, (1993, 2001); OLIVEIRA (1996); NUCCI, (2000); DE ANGELIS, (2000); BOVO (2009)), são unânimes em apresentar a importância dessas áreas verdes para o ambiente urbano. Segundo esses pesquisadores essas áreas contribuem para o clima urbano, para o controle da poluição do ar e da acústica, para a melhoria da qualidade estética, para os efeitos positivos sobre a saúde

mental e física da população, para o aumento do conforto ambiental, e também para a valorização econômica das propriedades e para a formação de uma memória e de um patrimônio cultural.

Para Milano e Dalcin (2000), as cidades abrigam hoje mais da metade da população mundial. No Brasil, segundo o IBGE (2000), cerca 81,25% das pessoas estão concentrados em centros urbanos. Essa concentração acaba contribuindo para o crescimento acelerado e desordenado das cidades, fruto de fluxos migratórios inter-regionais e do êxodo rural, acarretando diversas consequências socioambientais. Todos esses fatores, somados à política imobiliária, colaboram para a ocupação de áreas de risco, pois, ao se considerar o solo como mercadoria, legitimou-se a propriedade privada e a ocupação diferencial do espaço urbano. Neste contexto, as interferências humanas no meio natural tornam-se cada vez mais acentuadas, trazendo como consequência, entre outras, a proliferação de favelas, o desmatamento das áreas de encostas, as enchentes, o surgimento de ilhas de calor, a impermeabilização do solo e a ausência de áreas verdes, estas, muitas vezes, substituídas pelo concreto.

Para Santos (1997, p.42) a cidade é cada vez mais um meio artificial, pois se até mesmo no início dos tempos modernos as cidades contavam com jardins, isso vai se tornando cada vez mais raro “o meio ambiente urbano é cada vez mais artificial, fabricados com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”.

Hoje verificamos os efeitos negativos do acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras sobre a qualidade de vida de seus moradores, entre os quais destacamos a falta de um planejamento urbano que considere as áreas verdes como elementos essenciais para os moradores citadinos. Percebemos que essas áreas são deixadas pelo Poder Público em segundo plano, tendo-se como consequências o empobrecimento da paisagem urbana, a desvalorização imobiliária das propriedades do entorno, a falta de lazer para os moradores e a deterioração do ambiente, conforme afirma Bovo (2009).

Considerando-se essas razões, a preocupação de geógrafos, arquitetos, urbanistas, ecólogos e educadores, entre outros especialistas, tem aumentado em relação à disponibilidade de áreas verdes nas grandes cidades. No entanto, existe carência de informações e dados sobre a proporção adequada de espaços verdes nas médias e grandes cidades, sobre a sua localização e suas condições de uso para a população. Essas informações são imprescindíveis para iniciar um trabalho de planejamento que considere esses espaços como componentes de uma das redes de infraestrutura necessárias ao funcionamento sustentável do metabolismo da cidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que as possibilidades de pesquisa são inúmeras, entretanto partindo das reflexões acima, ainda que foram apresentadas desconectadas, podem ser aplicadas em conjunto no entendimento da realidade socioespacial. Diga-se de passagem que para a compreensão da realidade socioespacial, somente a análise dos agentes produtores do espaço urbano, do entendimento da elite ou das elites econômicas, da análise da economia urbana e dos instrumentos de planejamento não satisfaz, visto que uma determinada realidade está conectada nas múltiplas redes que se estabelecem, seja de fluxos e fixos de serviços e objetos reais ou virtuais, visíveis ou não visíveis. Por isso, é necessário entender também a realidade urbana à luz da rede urbana em que se insere, bem como do fenômeno e das transformações por que passa o processo de globalização.

Ressalta-se ainda, que o entendimento do urbano deve resguardar as multiescalaridades, ou seja, as diversas possibilidades e recortes espaciais, seja no nível técnico-operacional, no nível legal ou ainda no plano teórico-conceitual.

4 REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. **Análise Ambiental e Qualidade de Vida na Cidade de Presidente Prudente/SP**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1993.

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Caracterização das Áreas Verdes em Presidente Prudente. In: SPÓSITO, Maria. E. B. **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia. FCT/UNESP GASPERR. 2001.

BEAUJEAU-GRANIER, J. **Geografia urbana**. Fundação Calouste Gulbenkian. Trad. Raquel Soeiro de Brito. Lisboa, 1980.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR** (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

CAPEL, H. Capitalismo y morfologia urbana em Espana. **Realidad Geográfica**. Barcelona: Los Libros de la Frontera. Vol. 04, 1983.

- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CAVALHEIRO, Felisberto; Urbanização e Alterações Ambientais. In: **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1991.
- CORRÊA, R.L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.
- CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.
- DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. **A Praça no Contexto das Cidades: o caso de Maringá-PR**. Tese de (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- FERREIRA, Ignez Costa. Os dois circuitos da economia urbana: um novo paradigma do urbano. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.) **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MILANO, Miguel Serediuk & DALCIM E. **Arborização de vias públicas**. Rio de Janeiro: Light, 2000.
- MILANO, Miguel Serediuk. Planejamento da Arborização Urbana: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: **Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana**. Anais, Curitiba: FUPEF. 1990.
- NUCCI, João Carlos; CAVALHEIRO, F. Cobertura Vegetal em Áreas Urbanas – conceito e método. In: **GEOUSP Espaço e Tempo V.6**. São Paulo. Anais. Faculdade de Filosofia de Letras e Ciências Humanas. USP, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVEIRA, María Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SOUZA, M. A. A.de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TÖWS, R. L. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil: o Estado e o capital imobiliário na produção do espaço**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Maringá, UEM, 2010, 265f.
- TÖWS, R. L.; MENDES, C. M.; LEGNANI, F.; GALUCH JR. D. A implementação do plano diretor como instrumento de planejamento municipal. **Anais do I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local. XVII Semana de Geografia**. Maringá: Departamento de Geografia/ UEM, 2008.
- VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.flaviovillaca.arq.br>>. Acesso em 08/07/2008.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.